



A CONTABILIDADE DE CUSTO COMO IMPORTANTE FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A EMPRESA

Alex Carrijo de Oliveira
André Luiz da Silva e Silva
Brenda Pires da Silveira
Erickson Rodrigues Dourado¹
Orientador: Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

Resumo: A contabilidade de custo gera informações de extrema relevância para administração da empresa e obrigatórias para o Fisco, pois, por meio do custeio por absorção estabelece o lucro do período. Para a administração pode-se utilizar custeio variável, custeio direto, custeio ABC, obtendo dados compatíveis com a realidade da empresa. Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de apresentar como a contabilidade de custo exerce relevante papel na administração da empresa.

Palavras-chave: ferramenta gerencial; métodos de custeio.

Introdução

Conhecer custo é uma condição essencial para administrar uma empresa, independente do tipo – industrial ou comercial - e de seu porte - pequena, média ou grande.

No ambiente econômico em que as empresas encontram atualmente, é de extrema importância a máxima eficiência e aproveitamento de recursos escassos. Desta forma as empresas buscam os melhores métodos para sua sobrevivência.

Diante deste contexto, a contabilidade de custo é uma ferramenta essencial para gestão da empresa; estabelece meios de realizar apuração de custo previsto, orçado e realizado para determinado produto, qual a demanda mínima para determinado preço, custos de transporte, financeiro e outros diversos que variam de acordo com a estrutura da empresa.

A contabilidade de custo é de extrema utilidade no cálculo para identificar o lucro do período; com base no lucro são apurados os impostos e permite a empresa identificar o retorno que está obtendo sobre o capital próprio e de

¹ Aluna regularmente matriculada no sétimo semestre do Curso de Ciências Contábeis do Uni-Facef Centro Universitário de Franca.



terceiros, possibilita identificar a margem de contribuição de cada produto, ponto de equilíbrio.

O governo estabelece normas para elaboração do custo de produtos a ser utilizado na apuração de resultados, sendo obrigatório utilizar o método de 'custeio por absorção'. No entanto a empresa pode utilizar internamente o custeio variável, custeio direto e custeio ABC, proporcionando maior riqueza de informações de valores de custo de produto vendido, acabado, em elaboração, influenciando diretamente no resultado no período.

Trata-se este de um estudo de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de informar métodos de custeio e outros processos com a finalidade de gerar informações essenciais para a gestão da empresa, dentre estes podemos destacar índice de retorno por produto, identificar os custos fixos e variáveis dos produtos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, giro de materiais no estoque, etc.

1 História da contabilidade de custo

A contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, inicialmente com o objetivo de suprir a necessidade de avaliação do custo dos estoques das industriais.

Até meados do século XVIII, a contabilidade visava medir e controlar o patrimônio dos proprietários, isso devido aos modelos de empresa da época que era basicamente voltada para a agropecuária, o comércio (que era a principal atividade da época) e a fabricação de produtos artesanais, que não preocupavam com a alocação de custos aos seus produtos. Com o aparecimento do sistema produtivo, nasceu também à necessidade de calcular os custos para a formação dos estoques e assim o surgimento da contabilidade de custos.

A partir deste período a contabilidade de custo evoluiu muito, passando a ser utilizada não apenas para controle, mas também gerando informações para planejamento e tomada de decisão.

O primeiro destaque analítico da contabilidade de custo, utilizando de técnicas empíricas, ocorreu nos Estados Unidos, envolvendo o processo produtivo,



buscando estudar os problemas de mão-de-obra e repercussões no custo industrial.

Mais tarde, a contabilidade de custos passou a se preocupar-se mais com os materiais consumidos diretamente nas operações, visando totalmente o processo produtivo. A partir desse momento, passa-se a discutir sobre os custos indiretos de fabricação, que desde então, é considerado o grande vilão na contabilização dos custos por sua difícil alocação. Hoje em dia, a contabilidade de custos apresenta métodos e técnicas que solucionam de forma adequada todos os problemas de mensuração e alocação dos custos.

2 Contabilidade de custo

A contabilidade de custo é essencial para as informações com precisão e rapidez para a empresa. Para Crepaldi (2009, p. 2):

Contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões. É voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações.

A contabilidade de custo busca identificar todos os gastos do processo produtivo, e assim realizar análises, classificações, controle, avaliações, orçamentos e planejamentos, tornando-a assim uma importante ferramenta de gestão, ajudando na tomada de decisões.

Os dados obtidos na contabilidade de custo são utilizados na elaboração de orçamentos, rentabilidade de produtos, possibilita planejamento estratégico e outras diversas aplicações.

3 Métodos de custeio

A contabilidade de custo possui diversas formas de elaborar o custeio, podem-se destacar os seguintes métodos: custeio por absorção, custeio variável, custeio direto e custeio ABC.



3.1 Custeio por absorção

O Custeio por absorção é um método utilizado pela empresa para alocação nos produtos de todos os custos de fabricação, sejam eles fixos ou variáveis, diretos ou indiretos. Faz a apuração de todos os custos de produção e “por este método de custeio, todos os custos do período, quer sejam fixos ou variáveis, são absorvidos pela produção desse período. Para isso, esses custos são classificados em custos diretos e indiretos” (CRCSP, ONLINE).

Este método é exigido pela legislação e pelo fisco. De acordo com Megliorini e Parisi (2011, p. 35) este método segue os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

É essa estrutura de funcionamento do método de custeio por absorção, principalmente quanto à consideração dos princípios contábeis, que lhe atribui a aceitação como método válido para as finalidades tributárias e societárias. Tributárias, por atender às questões legais exigidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social, e societária, por enquadrar-se nas determinações das Leis das Sociedades por ações e da Comissão de Calores Mobiliários (CVM).

Os auditores independentes também utilizam esta forma para avaliação da empresa:

(...)esse métodos é também o exigido nos trabalhos de auditoria independente. Assim, para as finalidades de apuração do resultado do exercício e elaboração das demonstrações contábeis (o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício), a adoção do método do custeio por absorção é compulsória.

É relevante a distinção entre custos e despesas, visto que as despesas são alocadas diretamente no resultado. Os custos dos produtos vendidos têm o mesmo tratamento das despesas, já os produtos acabados que não foram vendidos ou em elaboração são alocados ao estoque. Conforme Martins (2003, p. 27), “A regra é simples, bastando definir-se o momento em que o produto está pronto para a venda. Até ai, todos os gastos são custos. A partir desse momento, despesas”.



O método de custeio por absorção tem como desvantagem para a administração a alocação de custos fixos, sendo que estes são rateados para os produtos produzidos no período, ao final do mês ou período de fechamento contábil, tudo que esteja em processo de fabricação ou que não tenha sido realizado o faturamento irá compor o custo no estoque, desta forma não compõem o custo do produto vendido, não sendo deduzido das vendas do período. No entanto este método tem como vantagem seguir os princípios da contabilidade, exigência do fisco, governo.

O Custeio por Absorção é o único aceito pelo Imposto de Renda do Brasil e pela Auditoria Externa, por atender aos seguintes princípios contábeis: Princípio da Realização da Receita: Ocorre a realização da receita quando da transferência do bem vendido para terceiros; Princípio da Confrontação: As despesas devem ser reconhecidas à medida que são realizadas as receitas que ajudam a gerar (direta ou indiretamente); Princípio da Competência: As despesas e receitas devem ser reconhecidas nos períodos de sua competência, ou seja, no período em que ocorrer o seu fato gerador (UNAMA, ONLINE).

De acordo com Megliorini e Parisi (2011, p. 37), inicialmente foi criado para uma maior organização do processo produtivo da empresa, é utilizado pela contabilidade de custos para melhor mensurar os custos, também por ser de fácil colocação os mecanismos e procedimentos mais efetivos para o planejamento e administração dos custos das operações.

Os custos indiretos podem ser alocados sem departamentalização ou com departamentalização:

Por tanto, departamentalização corresponde ao uso que a contabilidade de custos faz da estrutura departamental existente para processar mais adequadamente a distribuição dos custos indiretos de fabricação aos respectivos objetos de custeio.

3.2 Custeio variável

O custeio variável, definido também por muitos autores, como custeio direto, consiste em um método de custeamento que são alocados apenas os custos



variáveis ocorridos no período, excluindo assim, os custos fixos. Neste método de custeio, os custos fixos são considerados como despesas, pois ocorrerão independentemente da quantidade produzida. Em outras palavras, os custos fixos formam a estrutura produtiva e existirão mesmo que aumente ou diminua o volume de produção, devem ser apurados diretamente no resultado do exercício.

De acordo com Megliorini e Parisi (2012, p. 137) “é o método de custeio que consiste em apropriar aos produtos somente os custos variáveis, sejam diretos ou indiretos”.

Crepaldi (2013, p. 221) afirma a importância e motivo da separação dos custos fixos dentro do custeio variável, com o cenário de sua relevância para o funcionamento e manutenção do setor de produção e não para o produto em si:

Os custos fixos, por sua própria natureza, existem independentemente da fabricação ou não de determinado produto ou do aumento ou redução (dentro de certa faixa) da quantidade produzida. Os custos fixos podem ser encarados como encargos de um produto específico; por não estarem vinculados a nenhum produto específico ou a uma unidade de produção, eles sempre são distribuídos aos produtos por meio de critérios de rateio, que contêm, em maior ou menor grau, a arbitrariedade.

A partir da afirmação de Crepaldi, podemos analisar a importância gerencial que a separação dos custos fixos fornece, pois com essa exclusão, é possível identificar de forma específica o que está sendo realmente absorvido pelo produto, diferente do custeio por absorção que fornece uma informação de maneira mais ampla e global.

O custeio variável não está preso às legislações e normas legais exigidas pela fiscalização, sendo assim, apresenta-se como uma importante alternativa para a função de fornecer informações, auxiliar a tomada de decisão e gestão da empresa. Sua utilização se torna indispensável para a administração da empresa, devido à exatidão da alocação dos custos aos produtos que o método permite, e assim, a real rentabilidade de um produto.

Crepaldi (2013, p. 225) ainda relata outras vantagens que o método de custeio variável apresenta:

- Destaca o custo fixo (que independe do processo fabril).



- Não ocorre a prática de rateio, por vezes arbitrário.
- Evita manipulações.
- Fornece ponto de equilíbrio.

As desvantagens do custeio variável são:

- Não é aceito na elaboração dos relatórios contábeis, pois fere os princípios fundamentais de contabilidade.

- O valor dos estoques não mantém relação com o custo total.

A seguir, é possível ver de forma clara a apresentação da demonstração do Resultado do Exercício para o método de custeio variável.

3.3 Custeio direto

O Custeio Direto é uma ferramenta essencial para administração da empresa, pois possibilita apurar com maior exatidão o retorno para cada tipo de produto produzido. Para utilização deste método de custeio, se faz necessário que a empresa tenha uma estrutura que possibilite identificar os custos fixos, que podem ser atribuídos a um produto, a um centro de custo ou a departamentos, desta forma diminui distorções dos rateios utilizados nos métodos de custeio por absorção ou custeio variável.

O método de custeio direto tem fortes semelhanças com o custeio variável, no entanto se difere no tratamento de custos fixos e despesas fixas operacionais. Quando possível ser atribuída a um departamento ou setor, são adicionadas a uma parte específica que é deduzida da Margem de Contribuição. No custeio direto a apuração de resultado possui margem de contribuição semelhante ao custeio variável. Porém no custeio direto é deduzido da margem de contribuição os custos e despesas correspondentes a parte específica, tendo como resultado a Margem Direta.

De acordo com Megliorini e Parisi (2011, p. 46), “Apesar de muitas vezes tratados como sendo um mesmo método, há forte diferenças distintas entre o método de custeio variável e o método de custeio direto”.



(...) a principal diferença entre os métodos referidos é que, no direto, aqueles custos fixos que são perfeitamente identificáveis com o objeto de custeio deve ser a ele atribuídos e não deixá-los para que sejam totalmente tratados como despesas do período, a exemplo do que é adotado no método de custeio variável. Portanto, há aqui a aplicação do conceito pleno de custo direto (MEGLIORINI e PARISI, 2011, p. 47).

Tem-se como vantagem a utilização do Custeio Direto maior precisão na apuração de margem de contribuição por produto, pois os custos e despesas fixas são alocados aos produtos e aos departamentos que o consumiram.

A desvantagem do método de custeio direto é não ser aceito para o fisco e auditoria externa. As informações geradas por este pode ser utilizada somente como ferramenta de decisão ou gerencial para a empresa. Este necessita de árduo controle para identificação dos centros de custos ou departamentos que consumem parcial ou total determinada despesa fixa ou custo fixo.

3.4 Método de custeio ABC

O Custeio ABC (ActivityBasedCosting), surgiu como instrumento da análise estratégica de custos relacionados com atividades, que impactam o consumo de recursos de uma empresa. As informações geradas pela Contabilidade Gerencial transformam em ferramentas indispensáveis de mudanças de atitudes das pessoas envolvidas nos processos produtivos da empresa.

Este sistema de custeio é fundado na análise das atividades desenvolvidas nas empresas. O interesse baseia-se nos gastos indiretos no bem ou serviço produzido na empresa, sendo que os custos primários (matérias-primas e mão-de-obra) não representam problemas de custeio em relação ao produto. O método de custeio é baseado em atividades, partindo do princípio dos custos incorridos na empresa, ou seja, na execução das tarefas como: contratar mão-de-obra, comprar matérias-primas, pagar salários e fornecedores, transportar mercadorias e faturar e receber etc.

(...) As empresas foram forçadas a migrar para um novo ambiente de produção. A necessidade de modernização para enfrentar a concorrência fez com que houvesse grandes investimentos na automação dos processos



produtivos. Simultaneamente, a participação da mão-de-obra foi constantemente reduzida, substituída gradativamente por máquinas e robôs.

No atual cenário empresarial de acirrada competição global e crescente guerra de preços, os empresários são obrigados a adotar novas tecnologias para aumentar a competitividade de suas empresas, com uma enorme preocupação no aprimoramento de seus produtos e processos, e, simultaneamente, na eliminação dos desperdícios (OLIVEIRA, 2005, p. 183).

De acordo com autor as empresas tiveram que buscar novas alternativas de produção, buscando investimentos nos setores produtivos melhorando a qualidade, eficiência e o custo de seus produtos.

Os sistemas de custos mais conhecidos não estavam preparados para fornecer novas informações gerenciais, principalmente com relação a tratamento, análise, classificação, registro contábil e apropriação aos produtos dos custos indiretos de fabricação. A principal crítica foi nos métodos convencionais, onde realizava critérios para rateio dos custos indiretos aos produtos, esse critério resultou em significativas distorções na apuração dos efetivos custos dos produtos.

Houve uma importância muito grande no tratamento adequado na locação dos CIF (Custo Indireto de Fabricação) aos produtos, pois a arbitrariedade e de subjetividade, eventualmente tolerados no passado poderiam provocar hoje enormes distorções nos custos. Isto depende de dois fatores: proporção de custos indiretos no total e diversificação das linhas de produtos.

O custeio ABC obtém uma técnica de controle e alocação de custos permitindo identificar atividades e os processos existentes nos setores produtivos de uma organização industrial ou prestadora de serviços, analisando e controlando os custos envolvidos nessas atividades, processos e atribuindo os custos aos produtos, tendo como parâmetros a utilização dos direcionadores (ou geradores) de custos e de atividades.

A atividade é uma combinação de recursos humanos, materiais tecnológicos e financeiros para produzir bens e serviços. É necessária para concretização de um processo à uma cadeia de atividades correlatas e inter-relacionadas.

Podemos exemplificar atividades de Departamento de Suprimentos da



seguinte forma: selecionar e treinar os compradores; selecionar e contratar os fornecedores; efetuar as coletas e cotações de preços; digitar e enviar os pedidos de compras; acompanhar o atendimento dos pedidos; verificar a execução das compras e baixar os pedidos atendidos e efetuar as estatísticas e relatórios de compras. Nas atividades do Departamento de Tornearia e Solda podemos relacionar: cortar e dobrar as chapas; torneiar peças; soldar; dar o acabamento. Em processo de cobrança das mensalidades da Universidade: emissão de boletos ou carnês; remeter para cobrança bancária; recebimento das listagens de recebimento; relacionar os inadimplentes.

De acordo com o avanço tecnológico e crescente complexidade dos sistemas de produção em varias indústrias os custos indiretos vêm aumentando continuamente em valores absolutos como em termos relativos comparando aos custos diretos.

Uma importância no tratamento adequado na alocação dos CIF (Custo Indireto de Fabricação) aos produtos, sendo que o grau de arbitrariedade e subjetividade tolerado no passado, hoje pode provocar enormes distorções, isso dependerá de dois fatores: proporção de custos indiretos no total e diversificação das linhas de produto.

(...) No método de custeio baseado em atividades, ou ABC, assume-se, como pressuposto, que os recursos de uma empresa são consumidos por suas atividades e não pelos produtos que ela fabrica. Os produtos surgem como consequência das atividades consideradas estritamente necessárias para fabricá-los e/ou comercializá-los, e como forma de se entender as necessidades, expectativas e anseios de clientes. (Nakagawa, 1994, p. 39).

O critério ABC concentra seus esforços na busca da função industrial separando em diversas atividades, tanto quanto a função-meio como a função-fim. Os critérios de custeamento procedem de maneira semelhante, dividindo em departamentos, divisões, seções e setores, definindo esses componentes como centros de responsabilidade, as despesas e os custos são alocados por meios diretos e indiretos a esses centros. O custeio ABC aloca os custos e as despesas indiretas as atividades.

4 CUSTOS PARA DECISÃO



Nos métodos de custeio é possível extrair várias informações relevantes para administração, dentre as várias se destaca: margem de contribuição, margem de segurança, alavanca operacional, ponto de equilíbrio.

4.1 Margem de contribuição

A margem de contribuição representa o total de vendas que após realizado as deduções de vendas (impostos, devoluções no período) e de custo do produto vendido obtém como resultado a margem de contribuição, quando esta representar valor maior que a soma das despesas e custos fixos, significa que houve lucro. A margem de contribuição é utilizada nos métodos de custeio variável e custeio direto.

De acordo com Megliorini e Parisi (2013, p. 114), a margem de contribuição representa:

A margem de contribuição é o montante que resta do preço de venda de um produto depois de dedução de seus custos e despesas variáveis. Representa a parcela excedente dos custos e das despesas gerados pelos produtos. A empresa só começa a ter lucro quando a margem de contribuição dos produtos vendidos supera os custos e despesas fixos do exercício. Assim, essa margem pode ser entendida como a contribuição dos produtos à cobertura dos custos e despesas fixos e ao lucro.

Conhecendo a margem de contribuição, fatores no limite de capacidade de produção instalada, utilização de matéria prima, é possível na escassez de elementos de produção priorizar a fabricação de um produto de acordo com a margem de contribuição. Vamos admitir que uma empresa tenha os produtos A, B, C, ambos utilizem um mesmo produto de estoque que esteja em falta no mercado, nesta situação é necessário um estudo da margem de contribuição pelo fator limitante para a tomada de decisão correta, consumindo o saldo do produto disponível no estoque e fabricando a combinação de produtos (A, B, C) que gere o maior lucro possível.

4.2 Margem de segurança



Margem de segurança é o percentual relativo à diferença entre a quantidade vendida e o ponto de equilíbrio, ou seja, representa o percentual de vendas que condiz em uma situação de segurança para operacionalização da empresa sem que afetem de modo negativo os resultados da empresa, causando assim, prejuízo.

De acordo com Megliorini e Parisi (2013, p. 90), a margem de segurança representa:

A margem de segurança operacional (MSO) compreende a quantidade de produtos que é vendida acima ou abaixo do ponto de equilíbrio. Desse modo, quanto mais positiva essa margem, maior será a segurança de que a empresa não incorra prejuízos e maior será a parcela do faturamento destinada a gerar lucros.

A margem de segurança pode ser calculada de maneira quantitativa, usando a quantidade física dos produtos; monetária, utilizando o valor financeiro dos produtos; ou ainda de maneira percentual.

Compreende-se pelas seguintes equações:

$MS = \text{quantidade vendida (\$)} - \text{quantidade no ponto de equilíbrio (\$)}$.

$MS (\%) = \text{margem de segurança (\$)} / \text{vendas totais (\$)}$.

4.2 Alavancagem operacional

Corresponde a maneira que a empresa tem para acrescentar o lucro operacional de acordo com a produção e as vendas, no entanto para que isso aconteça, não deverá ter alteração dos custos e despesas fixos. De acordo com Parisi e Megliorini (2012, p. 92), avalia a consequência decorrente de custos e despesas fixas no devolver para o proprietário:

(...) a alavancagem mensura os efeitos decorrentes dos custos e despesas fixos no retorno para os proprietários de uma empresa nas situações em que ela aumenta ou reduz seu nível de atividades. Assim, esses custos e despesas representam o ponto de apoio da alavanca e a massa, o lucro operacional.

Por ser proporcional a venda, poderá tanto aumentar o lucro como



chegar ao prejuízo com a diminuição das vendas. Visto que caso a empresa aumente suas vendas e mantenha os custos fixos ela terá um maior lucro. No entanto se ocorrer uma diminuição das vendas, mantendo os mesmos custos e despesas fixas diminuirão seu lucro.

Tem sido cada vez maior o impacto referente aos custos fixos aos custos totais, causando um aumento dos riscos operacionais para a companhia. Devido a esse aumento, tem ficado mais importante, visto que os procedimentos de fabricação e produção têm consumido maior participação dos custos e despesas fixos. Conforme Parisi e Megliorini (2012, p. 93), uma forma de diminuir esse aumento é terceirizando atividades:

Algumas alternativas operacionais têm sido utilizadas para reduzir esse aumento de custos e despesas fixos, destacando-se, entre elas, o uso da terceirização de atividades como alternativa estratégica de gerenciar os custos fixos, transformando-os, em boa parte, em variáveis.

A variação dos custos e despesas fixas pretende a ser nula. Têm-se dois limites, o superior e o inferior, sendo o superior o lucro maior e o inferior lucro menor:

(...) no intervalo relevante de atividade a variação dos custos e despesas fixos tende a permanecer nula, de modo que o lucro operacional flutue em diferentes níveis de produção e vendas dentro desse intervalo. No limite inferior desse intervalo, o lucro operacional é mínimo, e no limite superior, esse lucro deve ser considerado o maior possível. Essa variação do lucro operacional decorre dos custos e despesas fixos que se mantêm constantes dentro do intervalo. Tal situação é provocada pela alavancagem operacional.

4.4 Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio equivale ao lucro variável, ou seja, corresponde a um faturamento mínimo para que a empresa não tenha nem lucro e nem prejuízo.

Podendo este ser dividido em:

- Ponto de equilíbrio contábil: é a quantidade que equilibra a receita total com a soma dos custos e despesas relativos aos produtos vendidos.
- Ponto de equilíbrio econômico: é a quantidade que iguala a



receita total com a soma dos custos e despesas acrescida de uma remuneração mínima sobre o capital investido pela empresa. Esta remuneração mínima corresponde à taxa de juros de mercado multiplicada pelo capital e é denominada pelos economistas de Custo de Oportunidade. O Custo de Oportunidade representa a remuneração que a empresa obteria se aplicasse seu capital no mercado financeiro, ao invés de no seu próprio negócio.

- Ponto de equilíbrio financeiro: é a quantidade que iguala a receita total com a soma dos custos e despesas que representam desembolso financeiro para a empresa. Assim, por exemplo, os encargos de depreciação são excluídos no cálculo do PEF por não representarem desembolso para a empresa.

Considerações iniciais

Através desta pesquisa é possível identificar a obrigatoriedade da utilização do custeio por absorção devido a seguir os princípios da contabilidade. As informações geradas por este é utilizada para o fisco, auditores internos e externos, devido aos custos indiretos da produção ser rateados para produção do período e na apuração do resultado, considerando somente os custos correspondentes aos produtos vendidos, este não gera resultados reais para a administração da empresa.

No entanto, a empresa pode utilizar simultaneamente outros métodos de custeio, que podem ser empregados de acordo com a estrutura da empresa. Desta forma se a empresa possuir detalhes de custo por atividade é interessante utilizar o custeio ABC, caso tenha informação de custo fixo por setor ou departamento pode utilizar o custeio variável ou custeio direto. Importante atentar que cada método de custeio permite obter determinadas informações gerenciais por produto ou geral, cabendo aos responsáveis identificar qual a melhor ferramenta.

Referências

OLIVEIRA, Luís Martins de; JR PERES, José Hernandes; Contabilidade de custos para não contadores, 2.ed. Atlas, 2005. p.183.



GEORGE, S. G. Leone; Curso de contabilidade de custos, 2.ed. Editora Atlas 2000; pagina 255.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo; Atlas, 2003.

LUDICÍBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 1987.

PARISI, Claudio; MEGLIORINI, Evandir. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2011.

VICECONTI, Paulo E. V.; e NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos, um enfoque direto e objetivo. São Paulo: Atlas, 2003.

VARTANIAN, Grigor Haig. O método de custeio pleno: uma análise conceitual e empírica. (dissertação de mestrado em controladoria e contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Disponível em: <http://compliance-ce.com.br/2012/02/13/estoques-tratamento-contabil/>. Acesso em: 03 abr. 2014.

MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 3. ed. 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos fácil. São Paulo. Editora Saraiva, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2009.

NAKAGAWA, Masayuki. ABC: custeio em atividades. São Paulo: Atlas, 2001.

Disponível em: http://www.intercostos.org/documentos/custos_367.pdf. Acesso em: 26 jan. 2014.

WERNKE, Rodney. Gestão de custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.



**Diálogos em
Contabilidade**
teoria e prática

OLIVEIRA, A. C.; SILVA e SILVA, A. L.; SILVEIRA, B. P.;
DOURADO, E. R.; DONZELLI, O.

Disponível em: <http://www.contabilidade-financeira.com/2010/03/grau-de-alavancag-em-operacional.html>. Acesso em: 24 mar. 2014.